

Mineração lidera investimentos

Até 2011, atividade mineral deverá aplicar R\$ 50,4 bilhões em extração e pesquisas de novas jazidas



O setor mineral brasileiro lidera a lista de investimentos no período de 2008 a 2011. O conjunto da atividade mineral, segundo levantamento da VAE Consultores, aplicará R\$ 50,4 bilhões, capital que financiará o crescimento da exploração mineral no Brasil (da busca de ouro ao minério de ferro, passando por cobre e níquel), além de pesquisas de novas reservas no subsolo brasileiro.

No rastro do setor mineral vem o siderúrgico. A VAE identificou planos para R\$ 26,9 bilhões. Juntos, os setores de mineração e siderurgia responderão por R\$ 77,3 bilhões dos R\$ 136 bilhões previstos até 2011. Entre os projetos considerados nesse levantamento estão a duplicação da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás com a abertura da mina de Serra Sul em Carajás, a abertura de jazidas de cobre e níquel e a ampliação da Estrada de Ferro Carajás, por onde a Vale escoar o minério para o mercado internacional.

O trabalho incluiu projetos como o da MMX (que desenvolve agora com a Anglo American três sistemas, localizados no Amapá, Minas Gerais e Corumbá). A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) também foi incluída na lista com planos de expansão da produção de aço para o

mercado internacional e, principalmente, por causa dos investimentos na expansão da produção de minério de ferro na Mina Casa de Pedra, localizada em Congonhas, município da região do Quadrilátero Ferrífero mineiro.

A compilação dos projetos de infraestrutura em todo o País apontou que o setor energético receberá R\$ 21 bilhões, o que inclui a construção de linhas de transmissão e a construção de novas usinas, como o complexo hidrelétrico de Jirau, no Rio Madeira. Ainda em 2008, o Ministério de Minas e Energia pretende fazer a licitação pública para a concessão da licença para construção da Usina Santo Antônio, também no Madeira.

O setor rodoviário, entre concessões e obras governamentais, receberá R\$ 19 bilhões em capital para investimentos. Os demais setores são: saneamento (R\$ 8,7 bilhões), concessões (R\$ 5,4 bilhões) e ferrovias (R\$ 4,4 bilhões).

BOM NEGÓCIO

A conclusão do estudo da VAE Consultores, mais do que apresentar os números, alerta para uma importante mudança de comportamento. O investimento em infra-estrutura no Brasil voltou a

ser um bom negócio. Segundo Francinett Vidigal, diretor-presidente da VAE Consultores, a estabilidade econômica e política, somada à baixa atratividade dos juros internacionais, tornou o Brasil opção para remuneração do capital. Entre as mudanças principais está a redução das taxas de retorno dos investimentos, relata o consultor. No início dos anos 90, quando o Estado de São Paulo decidiu implantar um programa de concessão de rodovias, os investidores exigiam taxas de até 20% de retorno por ano. "Essa taxa caiu hoje para 5% a 9%. É uma mudança fenomenal", diz Vidigal.

Números

R\$ 77,3 bilhões é o total de investimentos que será aplicado pelos setores de mineração e siderurgia no Brasil até 2011.

R\$ 50,4 bilhões será o aporte que o conjunto do setor mineral brasileiro fará no País em quatro anos, segundo estudo da VAE Consultores.

R\$ 4,4 bilhões é o capital que será investido pelas concessionárias de ferrovias em todo o Brasil no período de 2008 a 2011.

Editorial

Estamos iniciando um novo ano, e com ele, o segundo mandato à frente da AGABRITAS. Desafios não faltam. As conquistas atingidas até agora serviram para fortalecer a nossa entidade. Porém, há muito o que fazer no biênio 2008-2009.

Entre as nossas metas segue a busca pela redução das alíquotas do ICMS sobre os agregados para a Construção Civil assim como já foi definido em outros Estados da Federação. Entendemos que a redução de impostos impulsionará nosso setor, a criação de novos postos de trabalho e, conseqüentemente trará retorno aos cofres do Estado.

Além disso, seguimos trabalhando, por meio das nossas diretorias e vice-presidências para ampliar a participação da entidade junto aos órgãos técnicos e fiscalizadores. No início deste mês, a associação conquistou uma vaga na Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos (CTIJ) do Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (CRH).

Outro foco é a responsabilidade ambiental. E para este ano a AGABRITAS intensificará o incentivo aos projetos promovidos pelas empresas associadas, a partir da criação de uma campanha sócio-ambiental que, entre as ações, prevê para o primeiro semestre, o lançamento de uma cartilha voltada para crianças do ensino fundamental.

Ressalto que todos esses objetivos só serão alcançados com a participação e empenho de todos os associados. O sucesso da nossa entidade é o sucesso de todos.

Obrigado.



Walter Fichtner



Diretoria 2008/2009

Presidente
Walter Fichtner

Vice-Presidente para Planejamento
Nilto Scapin

Vice-Presidente Administrativo Financeiro
Israel Zandoná

Vice-Presidente para Meio Ambiente
Alexandre Bugin

Vice-Presidente da Brita
Raimundo Toniolo

Vice-Presidente da Areia e Saibro
José Luiz Machado

Conselho Fiscal
Pedro Antônio Reginato
Nilto Scapin
Neiva Simonaggio

Representantes junto a ANEPAC
Walter Alexandre Fichtner
Nilto Scapin
Pedro Antonio Reginato
José Luiz Machado

Diretoria de Planejamento
Jorge Gewehr

Diretoria Administrativa Financeira
Carlos Tarouco
Raul Hax Podewils

Diretoria para Regiões
Pedro Reginato
Valdir Capeneto
Jaime Silveira
Mario Neto
Virgílio Luiz Pavanato
Baldur Wenzel
Everton Andreetta
Darci José Giovanella
Marcelo Mônaco

Diretoria do Meio Ambiente
Ivam Luis Zanette
Ivanor Sinigaglia

Diretoria da Areia e Saibro
Sandro Alex de Almeida
Fernando Machado

Departamento Jurídico
Nara Raquel Göcks
Fabiana Figueiró

Técnicos Convidados
Lúcio Gonçalves
René Matos Caramés

Certificação on-line já está disponível

Segundo a assessoria jurídica da AGABRITAS, os certificados on-line já estão sendo concedidos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), conforme reivindicação apresentada pela associação durante o ano passado.

O vice-presidente de meio ambiente, Alexandre Bugin, fará contato com o chefe de gabinete da fundação, Mauro Moura, solicitando um registro em documento, formalizando a medida para o setor da mineração.

Técnicos discutem altura das bancadas

O grupo técnico da AGABRITAS realizou reunião no dia 28 de fevereiro para discutir a altura das bancadas das pedreiras, atualmente prevista nas licenças de operação emitidas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fepam) em dez metros.

Após a conclusão dos estudos, a associação apresentará um levantamento à Câmara Técnica de Mineração do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) solicitando a revisão dos critérios adotados pela Fepam.

"Queremos que as análises técnicas feitas pela fundação respeitem as características de cada área, pois a aplicação de uma medida padrão, tem causado prejuízos a alguns empreendedores que tiveram suas unidades de mineração interditadas", afirmou a assessora jurídica, Nara Göcks.

Estiveram presentes os representantes: Renê Caraméz (Toniolo Busnello), Mário Neto (Pedreira São Joaquim), Baldur Loebler e Ertile Luci Loebler (Brita Pinhal), Vanderlei Benvegno (Mineração Vera Cruz), Lúcio Gonçalves da Silva Jr (SETEMI), Romualdo da Silva (Brita Pinhal), Rodrigo Michelin (Pedreira Vila Rica/ Carpenedo), Ivam Luis Zanette (Pedreira Vila Rica).



Anderson Cruz

Técnicos discutem proposta para encaminhar à Fepam



Jurídicas

CNI contesta lei que fixa indenização prévia por exploração mineral

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal, contra a Lei paraense nº 6.986/2007, que obriga as empresas mineradoras a pagar indenização prévia por danos ao meio ambiente para obter autorização para a exploração de recursos minerais, independentemente da necessidade de reparo do dano.

A ação tem como relator o ministro Gilmar Mendes.

Segundo o advogado da CNI, ao exigir indenização, a lei considera ilícita a atividade, o que ofende o artigo 176 da Constituição Federal, que disciplina a matéria. O advogado afirma, ainda, que o artigo 225, parágrafo 2º, da Constituição Federal, impõe às empresas exploradoras apenas a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado. O parágrafo 3º deste mesmo artigo, que determina a obrigação de reparar os danos, se aplica apenas quando o explorador não cumpre as regras de recuperação, explica a confederação.

Segundo a CNI, a lei tem ainda uma série de erros jurídicos e falhas de técnica legislativa. Para o advogado da confederação, esse fato dá a entender que a verdadeira intenção da lei seria a "mera arrecadação de recursos para o Estado".

A CNI pede ao Supremo que suspenda, por meio de uma liminar, os efeitos da lei questionada, uma vez que as empresas mineradoras já estão sujeitas, desde julho do ano passado, ao pagamento do valor criado pela norma, e no, mérito que o Supremo declare a inconstitucionalidade do referido diploma. (Proc. nº 4.031 - com informações do Conjur).

Fonte: Ambiente Vital

Compras Verdes

Impugnações e mandado de segurança: no mês de janeiro houve três impugnações, sendo uma em Santa Cruz do Sul e duas em São Luiz Gonzaga. A assessoria jurídica ingressou, ainda, com mandado de segurança contra a Infraero. Porém a liminar foi indeferida.

Em contrapartida ingressou com agravo de instrumento contra a decisão proferida pela juíza substituta da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre. A juíza novamente indeferiu. Segundo ela, o fato de não estar sendo exigida comprovação de regularidade ambiental das empresas dentre os requisitos para habilitação, não significa que a Infraero é omissa na questão, pois tal exigência consta no Termo de Referência e Especificações Técnicas e caso a empresa vença a licitação, terá que apresentar os documentos exigidos, estando exposto às regras da Lei.

Eventos

Definida data da V Mostra de Trabalhos Técnicos

Divulgação/Comitê do Lago Guaíba

A V Mostra de Trabalhos Técnicos, Científicos e Comunitários da Bacia Hidrográfica Lago Guaíba acontecerá entre os dias 27 de setembro e 4 de outubro onde serão apresentados os estudos, pesquisas e trabalhos comunitários realizados na área da bacia hidrográfica.

Segundo o presidente do órgão, Luiz Fernando Cybis, as informações colhidas ao longo das edições do evento tem servido de subsídios para a base de dados do Centro de Referência do Lago Guaíba, espaço criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através dos Institutos de Biociências e Pesquisas Hidráulicas, em parceria com o Comitê do Lago Guaíba.

O regulamento prevê premiação aos trabalhos que se destacarem nas categorias "Cidadania das Águas", "Conhecimento das Águas" e "Responsabilidade das Águas".

Evento tem o apoio da AGABRITAS

Nas edições de 2006 e 2007, a AGABRITAS foi uma das apoiadoras do evento. Na IV mostra, realizada em novembro último nas dependências do Mercado Público de Porto Alegre, a assessora jurídica, Nara Göcks, representou a associação ao integrar a comissão julgadora.

Informações pelo telefone (51) 3308-3319.



Luiz Fernando Cybis, presidente do Comitê do Lago Guaíba, anunciou a data de realização do próximo evento

Feira internacional de mineração

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) promove em Belém o maior evento de mineração da região. A Exposição Internacional de Mineração da Amazônia - EXPOSIBRAM Amazônia 2008, será realizada no Hangar, de 10 a 13 de novembro.

Haverá a participação de 120 expositores e um público estimado de 15 mil visitantes. Paralelo ao evento, também será realizado o I Congresso de Mineração da Amazônia, que contará com 500 participantes.

Para valorizar a participação de fornecedores de produtos e serviços do Pará, as vendas de estandes, que já começaram, estão sendo feitas inicialmente, até o dia 31 de maio, para as empresas cadastradas no Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), da Fiepa. "Um dos objetivos do evento é aproximar as companhias nacionais e internacionais de mineração dos fornecedores de máquinas, equipamentos e serviços da Região Norte, com objetivo de fomentar negócios a curto, médio e longo prazo" explica o presidente do IBRAM, Paulo Camillo Penna.

Atuação

AGABRITAS ocupa vaga na Câmara Técnica do CTIJ

A AGABRITAS vai ocupar uma das vagas da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos (CTIJ) do Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (CRH).

No último dia 5 de março foram instaladas pelo secretário do meio ambiente, Otaviano Moraes, as câmaras técnicas do CRH. Na oportunidade, a assessora jurídica da AGABRITAS, Nara Göcks, foi empossada como representante da associação no órgão.

Segundo a advogada, a indicação da AGABRITAS para compor a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, possibilitará a participação da entidade nas discussões de temas de interesse do setor. Entre eles, o debate que se formará em breve, sobre a cobrança de taxa de uso da água por parte das mineradoras. "Nossa função nesta Câmara será a de acompanhar todos os processos relacionados aos recursos hídricos", afirmou.

A função das câmaras é subsidiar a decisão política do CRH, a partir da

avaliação técnica de cada tema. Elas são compostas por representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas e das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e das Obras Públicas.

O secretário ressaltou que os integrantes das câmaras técnicas têm uma tarefa de elevada responsabilidade. "A atividade das câmaras técnicas exigirá maior dedicação e compromisso com as questões relacionadas ao Conselho", disse Otaviano.

São seis câmaras técnicas. As Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e das Obras Públicas integram todas elas, ao lado dos Comitês de Bacias.

*Assuntos Institucionais e Jurídicos – Comitês Ijuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos e Lago Guaíba.

*Gestão da Região Hidrográfica do Guaíba – Comitês Taquari-Antas, Baixo Jacuí, Caí, Alto Jacuí, Sinos, Vacacaí, Pardo, Lago Guaíba e Gravataí.

*Gestão da Região Hidrográfica do Uruguai – Comitês Ijuí, Passo Fundo, Várzea, Turvo, Santa Maria, Apuaê-



O presidente do Comitê do Baixo Jacuí, Fernando Bernal e Nara Göcks durante a reunião na Sema

Inhandava, Piratinin e Ibicuí.

*Gestão da Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas – Comitês Camaquã, Tramandaí, Lagoa Mirim-Canal São Gonçalo.

*Águas Subterrâneas – Comitês Ijuí, Taquari-Antas, Gravataí, Caí, Lago Guaíba e Turvo.

*Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos – Comitês Ijuí, Taquari-Antas, Camaquã, Baixo Jacuí, Gravataí, Caí, Sinos, Lago Guaíba, Santa Maria e Pardo.



Associação tem novo diretor de Meio Ambiente

O Engenheiro Agrônomo da empresa GEOPROSPEC - Geologia e Projetos Ambientais LTDA, Ivanor Antônio Sinigaglia, assumiu o cargo de diretor de Meio Ambiente da associação.

A decisão foi anunciada na reunião de diretoria realizada na primeira semana de março. Ivanor atuará ao lado do diretor Ivan Zanette e do vice-presidente de Meio Ambiente, Alexandre Bugin.



Assessoria Empresarial
Assessoria Jurídica
Assessoria Contábil
Auditoria
Cursos
Preparação para ISO

Rua Barão de Ubá, 621
Bairro Bela Vista - Porto Alegre - RS
Fone/Fax: (51) 3331. 0100
site: www.ca5.com.br e-mail: ca5@ca5.com.br



Fone: (51) 3712-2033 - e-mail: dinacon@dinacon.ind.br - www.dinacon.ind.br